

APRESENTAÇÃO

Festejamos, com muito entusiasmo, a publicação da décima edição da Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, sentindo-me imensamente honrada por fazer a sua apresentação.

Esta edição demonstra, mais uma vez, que a Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco não é apenas dos Juízes Federais e nem somente da SJPE, mas agrega todos aqueles que pretendem se aprofundar nos debates e aperfeiçoar o sistema de distribuição de justiça, com o objetivo de difundir conhecimentos úteis à melhoria da prestação jurisdicional.

Esta 10ª Edição da Revista, sem dúvida, conduzirá o leitor a profundas reflexões sobre temas da mais relevante importância, produzidos todos com inegável qualidade.

Festejamos, sim, uma edição constituída por artigos acadêmicos irretocáveis, de grande envergadura e sensibilidade, com exposição exaustiva da fundamentação, levando a conclusões coerentes e propositivas. Alguns calcados, na mais das vezes, na cotidiana experiência judicante, como o artigo “A custosa questão carcerária brasileira e as inverdades convenientes”. Outros abordando temas cercados de incertezas, no aguardo de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, em especial, aqueles que tratam de alterações trazidas pelo novo CPC, como “A justificação prévia nas tutelas de urgência: em busca do sentido do art. 300, § 2º, do novo CPC”, “Da questão prejudicial incidental constitucional no STF e o novo regime de coisa julgada”, “A objeção de executividade ou exceção de pré-executividade após as reformas processuais e o Código Processual Civil de 2015”, “Algumas novidades na tramitação dos recursos excepcionais no CPC/2015” e “A força vinculativa dos precedentes judiciais sobre o livre convencimento do magistrado”. Também foram explorados temas a exigir profunda reflexão, a exemplo de “A morte como pena – *contradictio in termini* –, segundo o pensamento de Miguel Reale”.

Nesta edição, todos os temas abordados estão em condição de auxiliar o Magistrado em seu ofício de decidir, bem como qualquer operador do Direito, ao buscar a efetivação da Justiça.

Esta Revista fora engrandecida com a edição deste 10º volume, pelo que agradeço imensamente a oportunidade de apresentá-la, parabenizando os autores, os editores e todos os que contribuíram para o êxito desta edição.

Nilcéa Maria Barbosa Maggi
Juíza Federal em Pernambuco
Professora da Faculdade de Direito do Recife/UFPE